

O elemento da vontade nos fenômenos complexos

MAHAN, Asa. The Element of the Will in Complex Phenomena.
In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845

Silvério Becker
(Apresentação e tradução)

<https://orcid.org/0000-0002-3449-4876> - Email: silveriobecker@yahoo.com

O presente texto é a tradução do décimo segundo capítulo da obra *Doctrine of the Will* (*Doutrina da Vontade*), de Asa Mahan (1799-1889), publicado originalmente em 1845. Nele, Mahan defende que, embora a Inteligência e a Sensibilidade dos agentes morais sejam, em si mesmas, destituídas de liberdade, e por conseguinte, de moralidade, a Vontade possui um controle indireto sobre essas faculdades na vasta medida em que elas apresentam objetos para sua ação em diferentes direções. Assim, quando influenciados pela Vontade - seja direta ou indiretamente - os fenômenos das outras faculdades da mente constituem fenômenos complexos da mente humana, e possuem caráter moral.

Segundo Mahan, as ações externas, assim como os estados da Inteligência e da Sensibilidade, quando são requeridos ou proibidos pela lei moral, ou pela Revelação, são requeridos ou proibidos por serem o resultado natural e necessário de intenções corretas ou erradas. Nesses casos, os requerimentos e as proibições se referem às causas desses atos ou estados, ou seja, à ação da Vontade da qual eles resultam necessariamente.

Na apresentação de suas proposições, Mahan usa argumentos relacionados à ação da Vontade em direção às *propensões naturais*, como emoções desejos e anelos; e às *afeições religiosas*, como o arrependimento, o amor e a fé. Ele também defende que as afeições religiosas requeridas pela lei moral são atos voluntários da mente e não meros estados da sensibilidade ou meras convicções da Inteligência.

Nascido em 1799, nos Estados Unidos da América, Asa Mahan foi o autor de três das mais importantes obras de filosofia já escritas: *A System of Intellectual Philosophy* (1854), *The Science of Logic; or An Analysis of the Law of Thought* (1857), e *A Critical History of Philosophy* (1883).

A última é considerada por diversos filósofos como a mais importante obra de filosofia já escrita. Contudo, ele é um filósofo pouco conhecido no Brasil. Em parte, isso se deve à ausência de traduções de suas obras para a língua portuguesa.

Mahan apresentou uma explanação bem mais detalhada do modo como ele entendia a mente humana e suas faculdades em *The System of Mental Philosophy* (1882).

O elemento da vontade nos fenômenos complexos

(The element of the will in complex phenomena)¹

Asa Mahan

Seção I

Toda percepção, todo julgamento, todo pensamento, que aparece na esfera da Inteligência; toda a sensação, toda emoção, todo desejo, todos os estados da Sensibilidade, apresentam objetos para a ação da Vontade em uma ou em outra direção. A esfera de atividade da Vontade, portanto, é tão extensa quanto o vasto e quase ilimitado alcance da Inteligência e Sensibilidade juntas. Ora, enquanto todos os fenômenos dessas últimas duas faculdades citadas são, em si mesmos, totalmente destituídos de caráter moral, a ação da Vontade, na direção de tais fenômenos, constitui estados *complexos* da mente, que têm um caráter moral positivo. Em todos os casos, os elementos *morais* e *voluntários* são únicos e idênticos. Como a distinção sob consideração tem sido negligenciada pela grande massa de filósofos e teólogos, e como erros muito grandes surgiram por isso, não apenas na filosofia, mas também na teologia e na moral, me deterei mais longamente sobre o assunto do que eu teria feito se fosse de outro modo. Meus apontamentos limitar-se-ão à ação da Vontade em direção às *propensões naturais* e *afeições religiosas*.

A ação da vontade em direção das propensões naturais – definição de emoção, desejo, e anelo

1. Em relação à ação da Vontade na direção das propensões naturais, tais como os apetites, o amor pela estima, pelo poder, etc., eu devo observar, que os estados complexos daí resultantes, são comumente explicados como simples sentimentos ou estados da Sensibilidade. Na apresentação desse assunto sob uma luz apropriada, considero necessárias as seguintes explicações. Quando algum poder físico opera sobre algum dos órgãos do senso, ou quando

¹ *The Element of The Will in Complex Phenomena* é o décimo segundo capítulo da obra *Doctrine of the Will*, publicada originalmente em 1845. Cf. MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*: R. E. Gillet. Oberlin, 1845; pp 169-182. Disponível em: MAHAN, A. *Doctrine of the Will* - *Google Livros*. Acesso em: 15.out.2021. O texto é de domínio público.

algum pensamento está presente na Inteligência, o estado da Sensibilidade imediatamente e necessariamente resultante é chamado de uma *sensação* ou *emoção*. Quando algum sentimento surge impelindo a Vontade a buscar ou evitar o objeto da sensação ou emoção, este estado impulsivo da Sensibilidade é chamado de um *desejo*. Quando a Vontade concorda com o desejo, um estado complexo da mente resulta, chamado *anelo*. O anelo se distingue do Desejo nisto, que no primeiro, o desejo é querido e perpetuado pela concordância da Vontade com o desejo. Quando o Desejo impele a Vontade para um objeto proibido, a ação da Vontade em concordância com o desejo, constitui um anelo moralmente errado. Quando o desejo impele a Vontade na direção requerida, e a Vontade, por um respeito à ideia de dever, concorda com o desejo, surge um anelo que é moralmente virtuoso. Esse princípio se mantém verdadeiro em relação à ação devida a qualquer propensão. A excitação de uma propensão, como um estado da Sensibilidade, constitui o desejo – um sentimento em si mesmo destituído de qualquer qualidade moral. A ação da Vontade em concordância com, ou em oposição a este sentimento, constitui um estado da mente complexo moralmente correto, ou errado.

Raiva, soberba, ambição, etc.

A raiva, por exemplo, como proibida pela lei moral, não é um mero *sentimento* de desprazer provocado por alguma injúria, real ou suposta, perpetrada por outra pessoa. Este estado, por outro lado, consiste na entrega da vontade ao controle daquele sentimento, e assim agindo por um impulso maligno. A soberba também não é um mero *desejo* de estima. Ela consiste na sujeição voluntária a essa propensão, buscando a estima e a admiração como a grande finalidade da própria existência. A ambição, igualmente, não é o mero desejo de poder, mas é a entrega voluntária de nosso ser ao controle desta propensão. O mesmo, eu repito, é verdadeiro em relação a todas as propensões. Nenhum mero sentimento, independente da ação da Vontade, tem algum caráter moral. Na ação da Vontade em relação a tais estados – ação que precisa surgir em alguma direção sob tais circunstâncias – surge a culpa moral, ou a dignidade de louvor.

Eu poderia acrescentar aqui outros casos como ilustração do mesmo princípio; como por exemplo, o fato que a intemperança na comida, ou bebida, não consiste, como um ato ou estado moral, na mera força do apetite – isto é, no grau em que ele é excitado na presença de seus objetos apropriados. Tampouco consiste no mero excesso na quantidade de alimento – o excesso é considerado como um ato externo. Ela consiste, por outro lado, na entrega do poder voluntário ao controle do apetite. O referido excesso é a *consequência* e o *indicador* dessa sujeição voluntária. Os exemplos acima, entretanto, são abundantemente suficientes para ilustrar o princípio.

Afeições religiosas

2. Vamos agora contemplar o elemento da Vontade naqueles fenômenos complexos denominados *afeições religiosas*. A posição que eu assumo aqui é esta, que tudo o que nessas afeições é correto e louvável, naquilo que se refere diretamente a elas, onde tais afeições são requeridas de nós, é o elemento voluntário nelas encontrado. O elemento voluntário é requerido diretamente. Outros elementos são requeridos apenas sobre o fundamento que sua existência está condicionada, e resulta necessariamente, da existência do elemento voluntário. Isto precisa ser admitido, ou precisamos negar a posição estabelecida no último capí-

tulo, a saber: que todos os requerimentos da Lei Moral são atendidos completamente na ação correta da Vontade².

Testemunho das escrituras

Meu objetivo agora é mostrar, que essa é a luz na qual o assunto é realmente apresentado nas Escrituras. Citarei, como exemplos, as três virtudes cardinais do Cristianismo, o Arrependimento, o Amor, e a Fé. A questão é: essas virtudes ou afeições, são apresentadas na Bíblia como meras convicções da Inteligência, ou estados da Sensibilidade? Elas não são, por outro lado, apresentadas como estados voluntários da mente, ou como atos da Vontade? Não estão os mandamentos que as requerem totalmente atendidos nesses atos?

Arrependimento

Em relação ao Arrependimento, eu mencionaria, que o termo raramente é usado em todo o Velho Testamento. Outros termos e frases são empregadas para expressar a mesma coisa; como por exemplo, "voltai;" "que o ímpio deixe o seu caminho;" "que ele volte para o Senhor;" "aquele que confessa e deixa seus pecados, encontrará misericórdia,"³ e outros. Em todas essas passagens o arrependimento é muito claramente apresentado como consistindo exclusivamente em atos voluntários ou intenções. Os mandamentos requerendo isso são, portanto, totalmente atendidos em tais atos. No Novo Testamento esta virtude é distinguida da Tristeza Religiosa, o estado da Sensibilidade que acompanha seu exercício. Como distinguida da ação da Sensibilidade, o que pode ela ser, além de um estado voluntário, como apresentado no Velho Testamento? Quando a mente se coloca em harmonia voluntária com aquelas convicções e sentimentos que acompanham uma consciência de pecado como cometido contra Deus e o homem, esse é o arrependimento reconhecido e requerido como tal na Bíblia. Ele não consiste na mera convicção de pecado; pois então o pior dos homens, e todos os demônios, estariam verdadeiramente arrependidos. Nem consiste no estado da Sensibilidade que acompanha essas convicções; caso contrário o Arrependimento seria Tristeza Religiosa, da qual a Bíblia, como exposto acima, definitivamente o distingue. Ele precisa consistir em um ato voluntário, no qual, de acordo com aquelas convicções e sentimentos, a mente volta do pecado para a santidade, do egoísmo para a benevolência, da vereda da desobediência para o serviço a Deus.

Amor

Uma única passagem colocará distintamente diante de nós a natureza do *Amor* conforme é requerido na Bíblia – aquele amor que compreende todas as outras virtudes, e cujo exercício é o "cumprimento da lei." "Por meio disso" disse o escritor sagrado, "nós percebemos o amor de Deus." A expressão "*de Deus*" não se encontra no original. A passagem, tal como se encontra diz assim: "Nisto, nós conhecemos o *amor*;" isto é, nós sabemos a natureza do amor que

² Mahan desenvolveu esse argumento no capítulo XI de *Doctrine of the Will*. Cf. MAHAN, Asa. *Relation of the Will to the Intelligence and Sensibility, in All Acts or States, Morally Right or Wrong*. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845. p. 156-168. Disponível em: MAHAN, A. *Doctrine of the Will - Google Livros*. Acesso em: 25.ago.2021. O texto é de domínio público.

³ Cf. Jeremias 25:5 e Isaías 55:7. In: BÍBLIA SAGRADA. Várias versões em português (Nota do Tradutor).

as escrituras requerem, quando elas afirmam, que “o amor é o cumprimento da lei.”⁴ O que é isso em que, de acordo com o ensino expresso da inspiração, nós aprendemos a natureza desse amor? “porque ele deu a sua vida por nós: e nós devemos dar nossas vidas por nossos irmãos.”⁵ No ato de “dar a sua vida por nós,” somos informados aqui, que o amor requerido de nós é corrompido e revelado. Qual é a natureza desse amor? Eu respondo:

1. Ele não é uma convicção da Inteligência, nem algum estado excitado da Sensibilidade. À nenhuma dessas coisas se faz referência aqui.
2. Ele consiste e precisa consistir exclusivamente em um ato voluntário ou intenção. “Ele deu sua vida por nós.” O que é isso senão um ato voluntário? Esse é o amor, o “amor que é o cumprimento da lei.”
3. Como um ato da Vontade, o amor precisa consistir exclusivamente em uma devoção voluntária de todos os nossos poderes a um fim, o maior bem do ser universal, por uma consideração à ideia de dever. “Ele deu sua vida por nós.” “Nós *devemos* dar nossas vidas pelos irmãos.” Em cada detalhe aqui apresentado, um princípio universal é expresso e revelado. Cristo “deu sua vida por nós,” porque ele estava em um estado de dedicação ao bem do ser universal. O ato específico foi realizado, como um meio para este fim. Em uma dedicação voluntária ao mesmo fim, e como um meio para esse fim, é declarado, que “nós devemos dar nossas vidas pelos irmãos.” Quando, portanto, as escrituras requerem amor de nós, elas não demandam a existência de convicções específicas da Inteligência, nem certos estados da Sensibilidade. Elas requerem a dedicação voluntária de todo nosso ser e interesses ao grande fim que é o bem universal. Neste ato de dedicação, e no emprego de todos os nossos poderes e interesses, sob o controle dessa única intenção, nós cumprimos a Lei. Nós executamos todas as nossas obrigações, reais e concebíveis, que são colocadas sobre nós. O exercício do amor, como também o do arrependimento, é acompanhado de convicções e sentimentos. Esses sentimentos são requeridos indiretamente nos preceitos que demandam o amor, e são requeridos porque quando o último existe, os primeiros certamente existirão.

Da fé

É pouco o que precisa ser dito sobre a natureza da fé. Ela é apresentada em todo lugar na Bíblia como sinônimo de *fidelidade*, manter-se confiante, entregar nossos interesses à Deus como a um “Criador fiel.” Ora, a fidelidade é, inegavelmente, um estado voluntário da mente. “Eu sei”, disse Paulo, “em quem eu tenho crido,” isto é, exercitado fé, “que ele é capaz de manter aquilo que tenho lhe *confiado* na expectativa para aquele dia.”⁶ Aqui o ato de confiar-se aos cuidados de outro, que não pode ser nada além de um ato da Vontade, é apresentado como sinônimo de fé. Fé, então, não consiste em convicção, nem em algum sentimento excitado, ela é um ato voluntário, *confiando* nossos interesses a Deus como a um Criador fiel. O princípio acima estabelecido precisa ser aplicado a todas as todas as afeições religiosas de qualquer tipo.

⁴ Cf. Romanos 13:10. In: BÍBLIA SAGRADA. Várias versões em português (Nota do Tradutor).

⁵ Cf. I João 3:16. In: BÍBLIA SAGRADA. Várias versões em português (Nota do Tradutor)

⁶ Cf. II Timóteo 1:12. In: BÍBLIA SAGRADA. Várias versões em português (Nota do Tradutor).

Seção II

Tópicos gerais sugeridos pela verdade ilustrada na seção precedente

Poucas verdades são de maior importância prática do que aquela ilustrada na seção precedente. Meu objetivo, agora, é aplicá-la na elucidação de certas questões importantes que requerem elucidação.

Convicções, sentimentos, e ações externas – porque são requeridos, ou proibidos

1. Já vimos por que é que, embora nenhuma mera ação externa, nenhum estado da Inteligência, ou da Sensibilidade, têm algum caráter moral em si mesmo, independentemente da ação da Vontade; e que ainda assim tais atos e estados são específica e formalmente requeridos ou proibidos na Bíblia. Em tais preceitos o *efeito* é realizado pela *causa*. Esses atos e estados são requeridos, ou proibidos, como o resultado natural e necessário das intenções corretas ou erradas. O objeto a que se refere em tais mandamentos e proibições, não são os atos ou estados especificados, mas à *causa* de tais atos e estados, a saber: a ação da Vontade correta ou errada. Suponha, que uma certa doença repugnante do corpo resultasse necessariamente de certas intenções, ou atos da Vontade. Deus poderia proibir a intenção que causa essa doença, de dois modos diferentes. Ele poderia especificar a intenção e proibi-la diretamente; ou ele poderia proibir a mesma coisa, em uma forma como essa: não terás essa doença. Qualquer um perceberá que, em ambas as proibições, se refere e pretende, precisamente, a mesma coisa, a saber: a intenção que mantém, com o mal designado a ser prevenido, a relação de uma causa. O mesmo princípio, precisamente, permanece verdadeiro em relação a todas as ações externas e estados da Inteligência e da Sensibilidade, que são requeridas ou proibidas.

Nossa responsabilidade em relação a esses fenômenos

2. Nós também percebemos distintamente o fundamento de nossa responsabilidade para com a existência de ações externas, e convicções e sentimentos internos. Quaisquer feitos, externos ou internos, resultam necessariamente e são, ou podem ser conhecidos como resultado, de ações da Vontade corretas ou erradas, e podemos ser propriamente responsabilizados por eles. Agora, todas as ações, e convicções e sentimentos internos, que nos são requeridos, mantém precisamente essa relação com a ação correta ou errada da Vontade. Existindo a intenção, o efeito se segue como uma consequência. Por essa razão, nós devemos ser responsabilizados pelo efeito.

Como os sentimentos são controlados pela vontade

3. Vamos agora observar o *poder de controle* que a Vontade tem sobre os sentimentos.

(1.) Em um sentido seu controle é ilimitado. Ela pode ceder ao controle dos sentimentos, ou recusar totalmente sua concordância.

(2.) Em relação a todos os sentimentos, especialmente àqueles que impelem a ação violenta e ilegal, a Vontade pode exercer uma influência direta que os modificará grandemente, ou

suprimirá totalmente esses sentimentos. Por exemplo, quando existe um propósito inflexível da Vontade de não ceder aos sentimentos de raiva, se eles surgirem, e suprimi-los, tão logo eles apareçam, sentimentos de um caráter violento, não resultarão em nenhuma grande extensão, quaisquer que sejam as provocações a que a mente possa estar sujeita. O mesmo é verdadeiro sobre a maioria dos sentimentos de qualquer tipo. Qualquer deles que apareçam, se eles forem direta e fortemente rejeitados, serão grandemente modificados ou desaparecerão totalmente.

(3.) Sobre a ação e os estados da Sensibilidade, a Vontade pode exercer uma influência direta que é totalmente eficaz. Se, por exemplo, a Vontade está em total harmonia com o infinito, o eterno, o justo, o reto, a verdade, e o bem, a inteligência será, é claro, ocupada com “coisas que são verdadeiras, honestas, justas, puras, amáveis e de boa reputação,”⁷ e a Sensibilidade, continuamente afetada por tais objetos, refletirá, em emoções e desejos puros, os pensamentos puros da Inteligência, e os propósitos santificados da Vontade. A Sensibilidade será completamente isolada de todos os sentimentos grotescos e sensuais. Por outro lado, deixemos a Vontade ser entregue ao controle de impulsos impuros e sensuais, e quão grotescos e impuros se tornarão os pensamentos e sentimentos. Ao ceder, ou recusar-se a ceder, ao controle supremo da lei da bondade, a Vontade realmente, ainda que indiretamente, determina a ação tanto da Inteligência quanto da Sensibilidade.

(4.) Para apresentar todo o assunto em uma luz apropriada, uma lei fixa das afeições demanda atenção. Um marido, por exemplo, prometeu a sua esposa, não apenas boas intenções, mas também o controle daquelas afeições peculiares que constituem a base da união matrimonial. Nutra ele um respeito apropriado para com a sacralidade dessa promessa e sua esposa preencherá e comandará tão completa e exclusivamente a esfera apropriada nas afeições dele, que, sob nenhuma circunstância, qualquer que seja, existirá uma tendência para qualquer outra pessoa. O mesmo é verdadeiro em relação a todo o departamento das afeições, não somente àquelas que nos ligam com a criatura, mas também com o Criador. A Vontade pode controlar as afeições por uma lei fixa e imutável.

Sendo esta a relação da Vontade com a Sensibilidade, embora seja verdade que não há nada de correto ou errado em qualquer sentimento, independente da ação da Vontade, ainda assim, a presença de sentimentos impuros e sensuais, podem ser um indicador certo de uma ação errada do poder voluntário. Sua presença sempre deveria ser considerada sob esta luz.

A relação da fé com outros exercícios moralmente corretos

4. Na Seção precedente foi mostrado inteiramente, que o amor, o arrependimento, a fé, e todos os outros exercícios religiosos, são, em seus elementos e características fundamentais, fenômenos da Vontade. Vamos agora, rapidamente, contemplar as relações desses diferentes exercícios um com o outro, especialmente a relação da Fé com outros exercícios de caráter parecido. Embora seja verdade, como foi demonstrado no capítulo precedente, que a Vontade não pode ao mesmo tempo manter intenções de caráter contraditório, tais como o pecado e a santidade, é igualmente verdade, que ela pode realizar simultaneamente atos de caráter homogêneo. Tendo em vista de nossas obrigações de render obediência implícita a Deus, nós podemos propor tal obediência. Tendo em vista o fato que, no Evangelho, a graça é proferida para nos aperfeiçoar em nossa obediência, ao mesmo tempo que propositamos obedecer com todo o coração, podemos exercitar confiança implícita, ou fé pela “graça pela qual podemos servir a

⁷ Alusão a Filipenses 4:8. In: BÍBLIA SAGRADA. Várias versões em português (Nota do Tradutor).

Deus aceitavelmente com reverência e temor piedoso.”⁸ Ora, nossa condição como pecadores é tal que, sem a revelação dessa graça, nunca proporíamos obediência no primeiro caso. Sem a influência contínua da graça, este propósito não poderia ser subsequentemente aperfeiçoado e perpetuado. O propósito é primeiramente formado na confiança na graça divina; e se não fosse por essa graça e conseqüente confiança, ele nunca teria sido formado. Em conseqüência dessa graça na qual confiou, e recebeu pela fé, este mesmo propósito é depois aperfeiçoado e perpetuado. Assim, vemos que o propósito de obediência está realmente condicionado à existência e perpetuidade do ato de confiança na Graça Divina. O mesmo é verdadeiro da relação da Fé com todos os atos ou intenções moralmente corretas ou santas. Um ato da Vontade, em si mesmo perfeitamente puro, é realmente condicionado a outro em si mesmo igualmente puro. Essa é a doutrina da Purificação Moral, ou santificação pela fé, uma doutrina que não é menos verdadeira, como um fato em filosofia, que como uma verdade de inspiração revelada.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. Várias versões em português.

MAHAN, Asa. The Element of the Will in Complex Phenomena. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845.

MAHAN, Asa. Classification of the Mental Faculties. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. J. M. FITCH. Oberlin, 1847.

Sobre o tradutor

Silvério Becker

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebido em: 16.10.2021.

Aprovado em: 16.01.2022.

Received: 16.10.2021.

Approved: 16.01.2022.

⁸ Alusão a Hebreus 12:28. In: BÍBLIA SAGRADA. Várias versões em português (Nota do Tradutor).